
Núcleo Jurídico - NUJU

Leonardo Vulcão

Luiz Guilherme Cruz

Alessandra Almeida

Antonio Miranda

Lei Estadual nº 7.593/2011

Art. 8º A Secretaria de Estado de Turismo - SETUR tem as seguintes funções básicas:

I - planejar, coordenar e gerenciar a política estadual de desenvolvimento turístico no Estado do Pará, inclusive quanto à sua normatização;

II - atuar nos campos do turismo no território paraense na sua organização e oportunidade de negócios, sob o enfoque do desenvolvimento econômico;

III - fortalecer os arranjos produtivos locais, criando oportunidade de valorização dos recursos potenciais existentes nas regiões turísticas do Estado;

IV - propor e promover, junto às autoridades competentes, atos e medidas necessárias à ampliação e melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços oferecidos aos turistas;

V - fomentar direta ou indiretamente as iniciativas, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da atividade turística;



Lei Estadual nº 7.593/2011

Art. 8º A Secretaria de Estado de Turismo - SETUR tem as seguintes funções básicas:

- I - planejar, coordenar e gerenciar a política estadual de desenvolvimento turístico no Estado do Pará, inclusive quanto à sua normatização;
- II - atuar nos campos do turismo no território paraense na sua organização e oportunidade de negócios, sob o enfoque do desenvolvimento econômico;
- III - fortalecer os arranjos produtivos locais, criando oportunidade de valorização dos recursos potenciais existentes nas regiões turísticas do Estado;
- IV - propor e promover, junto às autoridades competentes, atos e medidas necessárias à ampliação e melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços oferecidos aos turistas;
- V - fomentar direta ou indiretamente as iniciativas, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da atividade turística;

Lei Estadual nº 7.593/2011

- VI - gerenciar serviços de fiscalização e controle de qualidade dos serviços turísticos, na conformidade das normas vigentes para tal fim;
- VII - gerenciar o controle de serviços de registro empresarial ligado à área do Turismo, em toda a circunscrição do Estado;
- VIII - conceder prêmios e outros incentivos a pessoas físicas e jurídicas que contribuam ativamente com o desenvolvimento turístico do Estado.
- IX - estimular e promover a cadeia produtiva de turismo, organizando produtos e destinos turísticos orientados ao mercado; (Incluído pela Lei nº 8.096, de 2015).
- X - desenvolver o marketing turístico, as estratégias de comunicação do Pará e a promoção do turismo local, no Brasil e no exterior. (Incluído pela Lei nº 8.096, de 2015)



CASOS DE DISPENSA DE ANÁLISE JURÍDICA

A análise jurídica fornece orientação sobre um determinado problema. **Há casos em que a análise jurídica não precisa ser realizada, tanto porque o problema não é jurídico quanto porque, por sua repetição ou simplicidade, não demanda argumentação exaustiva.**

São casos que não necessitam de análise pela unidade de consultoria jurídica:

CASOS DE DISPENSA DE ANÁLISE JURÍDICA

Aposentadoria

Apostilamento de contratos administrativos

Concessão de férias, licenças, adicional por tempo de serviço e outras vantagens que tenham controle automatizado via sistema de gestão de pessoas

Concessão de medalhas e outros títulos de cunho honorífico

Conformidade de pagamento de Despesas de Exercício Anterior [DEA] e Restos a Pagar

Indenização de licença-prêmio [art. 99, II, do Regime Jurídico Único] em virtude do encerramento do vínculo

Inscrição de dependentes para dedução de imposto de renda

CASOS DE DISPENSA DE ANÁLISE JURÍDICA

Processos de dispensa eletrônica fundamentados no Decreto Estadual n. 2.787/2022, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- i. quando utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica;
- ii. quando adotadas as minutas padronizadas, que integram o "Manual de Fase Preparatória de Contratação Pública"; e
- iii. quando o agente de contratação declarar que o processo está de acordo com o exigido no Parecer Referencial editado pela Procuradoria-Geral do Estado, sobre as hipóteses de cabimento e processamento da dispensa eletrônica

Temas consolidados em Parecer Referencial, cuja conclusão oriente sua aplicação ao caso concreto diretamente pela área técnica dos órgãos e entidades, dispensando expressamente a necessidade de parecer individualizado

SECRETARIA DE
TURISMO



GOVERNO DO
PARÁ

Obrigado
pela atenção!